



MINUTA DE CONTRATO N. 000/2026 – SEMAA

**“CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI O
MUNICÍPIO DE URUPÁ, COM INTERVENIÊNCIA
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
E TURISMO (SEMATUR), E A EMPRESA”**

Aos dias do mês de do ano dois mil e vinte e um **(00/00/2026)**, de um lado o **MUNICÍPIO DE URUPÁ/RO**, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, inscrito no CNPJ sob n. 63.787.097/0001-44, com sede principal na Av. Jorge Teixeira, n. 4872, Bairro Alto Alegre, nesta urbe, representado por seu Prefeito o **EZEQUIEL SALDANHA**, devidamente inscrito no CPF sob o n. ****487.722****, residente no município de Urupá/RO, doravante denominado **CONTRATANTE**, de outro lado a empresa, devidamente inscrita no CNPJ sob n., com sede,/RO, representada por seu sócio administrador o **Sr.**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG n. SSP/...., devidamente inscrito no CPF sob o n., residente e domiciliado na Rua n. 000,, município de/RO, CEP:, doravante denominada **CONTRATADA**, com interveniência da **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO**, representada por seu Secretário o **Sr. ANTONIO PEREIRA NETO**, portador da cédula de identidade RG n. ****000**** SSP/RO e devidamente inscrito no CPF sob o n. *****000.000*****, resolvem celebrar o presente contrato, submetendo as partes às disposições da Lei n. 14.133/2021, corroborado com as demais normas que regem a matéria em questão, atentando-se aos princípios básicos que regem a Administração Pública entendido o da legalidade, impessoalidade, publicidade, moralidade e eficiência, instituindo-se pelas cláusulas a seguir transcritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: O Presente **CONTRATO** será regido pelas disposições do artigo 175, da Constituição Federal, Lei Federal n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; Lei Federal n. 11.107, de 06 de abril de 2005; Decreto Federal n. 6.017, de 17 de janeiro de 2007; Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Federal n. 11.445, de 05 de janeiro



de 2007, Lei Federal n. 12.305, de 02 de agosto de 2010, Lei Federal n. 8.078 de 11 de setembro de 1.990, (Código de Defesa do Consumidor), Lei Federal n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, e pelas demais normas aplicáveis.

Parágrafo Único: O presente CONTRATO é celebrado nos termos da modalidade licitatória Pregão pelo procedimento eletrônico, com fundamento nos art. 6º, inciso XLI, art. 17, art. 28, inciso I, art. 29, art. 33, art. 55 inciso I, alíneas “a” e “b” da Lei Federal n. 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO: O objeto da presente Ata de Registro de Preço compreende a futura e eventual contratação de empresa especializada para prestar serviços especializados em 02 objetos distintos:

- 01)** Contratação de empresa especializada para prestar serviços especializados em armazenamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos (RSU) em aterro sanitário (classe 2);
- 02)** Contratação de empresa especializada em serviço de transporte de resíduos sólidos domiciliares do município de Urupá para aterro sanitário, devidamente licenciado, conforme quilometragem rodada.

Parágrafo Primeiro: Para atender às necessidades da secretaria municipal de meio ambiente e turismo (SEMATUR), com as especificações técnicas e condições minuciosamente descritas no Edital de Pregão Eletrônico n. 000/2026 e seus anexos, cujos elementos a íntegra. A disposição final adequada se dará junto ao Aterro Sanitário de propriedade da **CONTRATADA**, serviço ambientalmente correto, sendo cabível ao CONTRATADO, por livre iniciativa e melhor conveniência e logística a determinação do local da deposição final, observada os requisitos legais exigidos.

Parágrafo Segundo: A realização dos **SERVIÇOS** deverá respeitar com rigor todas as disposições e prazos.

Parágrafo Terceiro: Para a adequada prestação dos serviços, o **CONTRATO** terá como objetivos:

1. A constante universalização da cobertura dos serviços públicos de deposição final dos resíduos sólidos urbanos do MUNICÍPIO.



2. A busca de redução do volume de resíduos aterrados e da expansão do uso da reciclagem;
3. A preservação da saúde pública;
4. A proteção e a melhoria da qualidade do meio ambiente
5. A utilização adequada e racional dos recursos naturais;

CLÁUSULA TERCEIRA – SERVIÇO PÚBLICO ADEQUADO: A empresa contratada, durante todo o prazo do **CONTRATO**, deverá prestar os **SERVIÇOS**, visando o pleno e satisfatório atendimento dos USUÁRIOS.

Parágrafo Primeiro: A prestação dos serviços deverá ser efetivada em conformidade com a legislação bem como dos regulamentos atualmente vigentes ou que vierem a serem editados no decorrer do presente **CONTRATO**, as normas técnicas e os demais regulamentos aplicáveis, tendo sempre em vista o interesse público na obtenção de serviços adequados.

Parágrafo Segundo: Para efeito do que estabelece a presente cláusula, serviço adequado é o que satisfaz as condições afetivas de regularidade, universalidade, eficiência, atualidade, generalidade, segurança, continuidade e cortesia na sua prestação e modicidade da contraprestação.

Parágrafo Terceiro: A empresa contratada, fica obrigada a avisar previamente ao **MUNICÍPIO** acerca de quaisquer circunstâncias que afetem a qualidade, continuidade, eficiência e segurança, que atinjam os USUÁRIOS ou impliquem modificação das condições de prestação de SERVIÇOS.

Parágrafo Quarto: Quaisquer normas, regulamento, instruções ou determinação de caráter geral e que sejam aplicáveis ao **SERVIÇOS**, expedido pelo poder público competente, deverão ser atendidos pela empresa contratada.

Parágrafo Quinto: Sem prejuízo do cumprimento do estabelecido na legislação, a empresa contratada obriga-se a manter os níveis de continuidade e qualidade dos SERVIÇOS, aplicando-se, quando for o caso, a legislação superveniente.



CLÁUSULA QUARTA – PRAZOS CONTRATUAIS. VIGÊNCIA. EXECUÇÃO. PRORROGAÇÃO: DA

VIGÊNCIA: O prazo da vigência contratual será de 426 dias, a partir do dia seguinte da publicidade do Extrato de Contrato, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia.

DA EXECUÇÃO: O prazo de Execução será de 12 meses, com contagem inicial a partir da ordem de serviços.

DA PRORROGAÇÃO: Invocando ao poder discricionário como prerrogativa conferida por lei à Administração Pública para que ela tome decisões fundamentadas em critérios de conveniência e oportunidade. É permitido ao Agente Público que avalie a melhor forma de atingir o interesse público dentro dos limites estabelecidos pela legislação. De maneira que este contrato poderá ser prorrogado anualmente, desde que não ultrapasse 10 (dez) anos, por se tratar de serviços contínuos e vital para a saúde pública, com fulcro nos artigos, 105, 106 e 107 e seguintes da Lei n. 14.133/2021 e demais legislação aplicável a matéria deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO: Os prazos de que trata esta cláusula poderá ser alterado nas hipóteses e forma a que alude o art. 124 e 125, da Lei n. 14.133/21, se houver interesse da Administração contratante.

CLÁUSULA SEXTA – DOS VALORES: O valor da contratação dos serviços especializados em armazenamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos (RSU) em aterro sanitário (classe 2), será o equivalente a R\$ 000.000,00 (.....).

Parágrafo Primeiro: O valor da contratação dos serviços especializados de transporte de resíduos sólidos domiciliares do município de Urupá para aterro sanitário, devidamente licenciado, correspondo a R\$ 000.000,00 (.....), de acordo com os quilômetros rodados.

Parágrafo Segundo: A programação de pagamento, será efetuado mensalmente em até 10 (dez) dias úteis do mês subsequente ao da prestação dos serviços, na conta corrente da contratada. No valor correspondente àqueles realizados no período de referência, conforme valor especificado na nota fiscal apresentada pela contratante, mediante os valores certificados na medição. Em caso de inadimplemento os serviços serão suspensos imediatamente.



Parágrafo Terceiro: A Contratante reserva-se o direito de recusar o pagamento, se no ato da atestação dos serviços não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita;

Parágrafo Quarto: Quaisquer solicitações referentes a pagamento e outras informações, poderão ser solicitadas via Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo.

Parágrafo Quinto: Para efetivação o pagamento a contratada apresentará ao contratante os documentos abaixo relacionados, devidamente certificado pela Comissão de Recebimento:

1. Nota Fiscal para liquidação;
2. Relatório mensal da empresa, para atestar os serviços executados;
2. Certidão de Regularidade com a Dívida Ativa da União/ Receita Federal;
3. Certidão Negativas de Tributos Estaduais;
4. Certidão Negativas de Tributos Municipais;
5. Certidão de Regularidade / FGTS (Lei 8.036/90;
6. Certidão de Regularidade / INSS (Lei 8.212/91;
7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

Parágrafo Sexto: Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada, nos termos deste contrato.

Parágrafo Sétimo: Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou previdenciária, sem que isso gere direito à alteração de preços ou compensação financeira.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS: Respeitadas as regras e parâmetros constantes deste contrato os USUÁRIOS tem especialmente o dever de:

1. Comunicar às autoridades, irregularidades ocorridas e atos ilícitos da contratada;
2. Contribuir ativamente para a redução dos resíduos, por meio da racionalização dos resíduos gerados, bem como sua reutilização, reciclagem ou recuperação;



3. Efetuar o pagamento da taxa de lixo referente aos serviços disponibilizados pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA OITAVA – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO: Sem prejuízo de suas atribuições previstas em Lei neste contrato, incumbe ao Município:

1. Zelar pela boa qualidade dos serviços;
2. Efetuar os pagamentos que são de sua responsabilidade, e pela execução dos serviços;
3. Manter estrutura funcional e organizacional adequada para a fiscalização dos SERVIÇOS;
4. Acompanhar o desenvolvimento das ações da contratada, para que sejam garantidas boas condições de saúde à população;
5. Intervir no contrato nos casos e nas condições previstas neste instrumento;
6. Cumprir e fazer cumprir as disposições deste instrumento;
7. Receber, apurar e solucionar as queixas e reclamações dos USUÁRIOS, que serão cientificados das providencias tomadas;
8. Estimular o aumento da qualidade e o incremento da produtividade dos serviços prestados pela contratada;
9. Estimular a formação de associações de USUÁRIOS para a defesa de interesses relativos aos SERVIÇOS;
10. Fornecer todas as informações e dados disponíveis de qualquer natureza relacionados aos serviços solicitados por escrito pela contratada;
11. Promover e desenvolver medidas que assegurem a adequada preservação e conservação do meio ambiente;
12. Examinar todas as solicitações e documentos encaminhados pela contratada a reformulação e/ ou adequação dos serviços, sem prejuízo das autorizações pertinentes previstas na legislação em vigor;
13. Responder por quaisquer questões e passivos relativos a atos ou fatos anteriores à omissão da Ordem de Serviço pela contratada, ainda que tais questões e passivos sejam



verificados após tal data, sobre os quais não poderá ser imputada responsabilidade a empresa contratada;

14. Priorizar a implantação de coleta seletiva dos resíduos recicláveis, encaminhando apenas o rejeito para o aterro sanitário, de modo a atender a política nacional de Resíduos Sólidos,

15. E de inteira responsabilidade do MUNICÍPIO o encaminhamento dos resíduos sólidos Urbanos RSU até o aterro sanitário.

CLÁUSULA NONA – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA: Sem prejuízo das suas demais atribuições previstas em lei e neste contrato, incumbe a contratada:

1. Prestar os serviços adequadamente na forma prevista neste instrumento e nas demais disposições técnicas aplicáveis;
2. Cumprir e fazer cumprir as disposições do presente contrato e demais normas aplicáveis;
3. Auxiliar o contratante na preservação do meio ambiente, zelando pela proteção dos recursos naturais;
4. Prestar, no prazo determinado e no que lhe for atribuível, as informações que lhes forem solicitadas pelo contratante;
5. Manter atualizado e fornecer ao contratante, sempre que solicitado, todos os documentos, desenhos e cadastros das instalações e equipamentos referentes a execução dos serviços;
6. Prever nos contratos celebrados com terceiros, cujo objeto encontra-se integrado às atividades do presente contrato, que sejam observadas rigorosamente as regras e demais disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis, informando, ainda, aos terceiros que não haverá qualquer relação jurídica entre estes e o MUNICÍPIO;
7. Suspender a execução dos serviços, na hipótese de o atraso no pagamento dos serviços realizados superar o prazo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO: A Fiscalização do presente contrato será exercido em conjunto com o **MUNICÍPIO CONTRATANTE** e **EMPRESA CONTRATADA**, sem prejuízos das atribuições legais e contratuais, com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações entre as partes (Contratante e Contratada).



Parágrafo Primeiro: As atividades de fiscalização poderão ser acompanhadas em conjunto pelo contratante e contratada, por intermédio de seus representantes especialmente indicados para esta finalidade.

Parágrafo Segundo: O contratante poderá realizar na presença dos representantes da empresa contratada, ou requerer que se realize, às suas expensas, ensaios ou testes que possibilitem a realização das condições e qualidade de serviços executados, mediante programa específico a ser estabelecido de comum acordo entre as partes;

Parágrafo Terceiro: o representante do contratante responsável pela fiscalização anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com o presente contrato determinando a empresa a regularização das faltas ou defeitos, verificando e emitindo autos de infração quando for o caso, nos Termos previstos neste contrato;

Parágrafo Quarto: A fiscalização do presente contrato pelo contratante não poderá obstruir ou prejudicar a execução dos serviços pela empresa contratada.

Parágrafo Quinto: No caso de eventuais atrasos ou discrepâncias entre a execução dos serviços no presente contrato, deverá informar ao contratante a respeito, de forma detalhada, identificando as providências que estiverem sendo adotadas para corrigir esse fato.

Parágrafo Sexto: Caso a contratada não concorde com a decisão do representante do contratante quanto a qualidade dos SERVIÇOS e/ou quanto aos prazos fixados para as correções, deverá comunicar a discordância ao contratante através de documento formal consubstanciado, em até 15 (quinze) dias, contados da data de recebimento da comunicação ao contratante.

Parágrafo Sétimo: Para os fins de pagamento dos custos incorridos pelo contratante no atendimento ao disposto nesta cláusula, poderá ser utilizado a retenção dos valores correspondente ao repasse a ser realizado pelo contratante a empresa contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO INADIMPLEMENTO DO MUNICÍPIO: São hipóteses de inadimplemento deste contratado por parte de contratante:

1. O não repasse dos recursos pelos serviços realizados nos prazos indicados neste contrato;



2. Deixar de tomar qualquer providência prevista neste contrato, que interfira na prestação dos serviços pela contratada.

Parágrafo Primeiro: No caso de não repasse dos recursos referentes aos serviços realizados, serão aplicadas as sanções previstas neste contrato.

Parágrafo Segundo: Nos casos de inadimplemento, pelo contratante a empresa contratada, não será responsabilizada pelo atraso ou pelas incorreções na prestação dos serviços.

Parágrafo Terceiro: Ocorrendo as hipóteses acima elencadas os serviços serão suspensos imediatamente e as autoridades competentes serão informadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: A falta de cumprimento, por parte da empresa contratada de quaisquer cláusulas ou condições deste CONTRATO e demais normas técnicas pertinentes, ensejará a aplicação das seguintes penalidades, isoladas e/ou progressivas, nos termos da legislação aplicável:

1. Advertência;
2. Multa;
3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública por prazo não superior a 2 (dois) anos.
4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
5. Caducidade do CONTRATO.

Parágrafo Primeiro: Para os fins de aplicação das penalidades previstas nesta cláusula, inclusive para o cálculo de multa, serão consideradas as seguintes circunstâncias:

1. A natureza da gravidade da infração;
2. Os danos resultantes da infração para os serviços e para os seus usuários;
3. A vantagem auferida pelo contratante em virtude da infração;
4. As circunstâncias gerais agravantes e atenuantes;



5. O histórico de infrações da empresa;
6. A reincidência da Empresa no cometimento da mesma infração;
7. A proporcionalidade entre a gravidade da infração e intensidade da penalidade.

Parágrafo Segundo: As penalidades de advertência e multa, respeitados os limites previstos nesta Cláusula, serão aplicadas a empresa, segundo a gravidade da infração.

Parágrafo Terceiro: Para infrações de pequena gravidade e sem incidência, a penalidade imposta pelo contratante à empresa poderá limitar à advertência. A aplicação de penalidade imporá a empresa contratada o dever de cumprir, no prazo estabelecido, as obrigações contratuais em que esteja inadimplente.

Parágrafo Quarto: Sem prejuízo das demais sanções de multas ou parâmetros para tais sanções estabelecidas na regulamentação, a contratada se sujeitará as seguintes sanções pecuniárias:

1. Por violação das disposições do presente CONTRATO, a multa de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) até R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais);
2. Por ato ou omissão que importe em violação aos direitos dos usuários finais ou que lhe acarrete prejuízo a multa de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) até R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais);
3. Por ato ou omissão que importe em risco ao Meio Ambiente, à saúde pública ou ao Erário Público, a multa de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) até R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais);
4. Por qualquer ato ou omissão que traga óbice ou dificuldade ao exercício da atividade Fiscal do Município prevista no contrato a multa de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) até R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais);
5. Por desatendimento as normas de segurança, higiene ou medicina do trabalho, a multa de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) até R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais);
6. Por descumprimento de qualquer obrigação prevista no contrato, exceto as indicadas nos incisos anteriores, a multa de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) até R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais);



Parágrafo Quinto: As importâncias relativas às multas serão descontadas no primeiro repasse a que tiver direito a contratante. O valor total das multas aplicadas a cada mês não poderá exceder a 1% (um por cento) do valor do presente CONTRATO, correspondente a prestação dos serviços.

Parágrafo Sexto: O processo de aplicação das penalidades, inclusive moratória, tem início com a lavratura do Auto de Infração pela equipe de fiscalização do contratante, que tipificará a infração cometida, para fins de aplicação da respectiva penalidade.

Parágrafo Sétimo: O Auto de Infração deverá indicar objetivamente a falta cometida e a norma violada, e será lavrado em 2 (duas) vias, através de notificação entregue a contratada. Sob protocolo.

Parágrafo Oitavo: A prática de duas ou mais infrações pela contratada, poderá ser apurada em um mesmo Auto de Infração.

Parágrafo Nono: Com base no Auto de Infração, a contratada, sofrerá a penalidade atribuída em consonância com a natureza da infração e com esta cláusula.

Parágrafo Décimo: No prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da notificação da penalidade, a empresa contratada, poderá apresentar sua defesa que deverá ser apreciada pela equipe de fiscalização do contratante, sendo vedada qualquer anotação nos registros da empresa contratada, enquanto não houver a decisão final sobre a procedência da autuação.

Parágrafo Décimo Primeiro: A equipe de fiscalização do contratante decidirá e notificará representante da contratada, da decisão em até 15 (quinze) dias contados do recebimento da defesa, devendo a decisão ser motivada e fundamentada, apontando-se os elementos atacados ou não na defesa apresentada pela empresa contratada.

Parágrafo Décimo Segundo: Da decisão proferida, cabe a empresa contratada, apresentar recurso ao Prefeito do **Município de Urupá**, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da decisão proferida.



Parágrafo Décimo Terceiro: Mantido o Auto de Infração em última instância Administrativa, a contratada será notificada a respeito, devendo a penalidade ser imposta em observância ao seguinte:

1. No caso de advertência, será anotada nos registros da contratada;
2. Em caso de multa pecuniária, a empresa contratada, deverá efetuar o pagamento dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da decisão final.

Parágrafo Décimo Quarto: O não pagamento de qualquer multa fixada nos termos do disposto nesta Cláusula, no prazo fixado pelo contratante, caracterizará falta grave e poderá ensejar a rescisão do presente contrato, além de implicar a incidência de correção monetária, e juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor da multa, por dia de atraso, até o limite máximo admitido em lei.

Parágrafo Décimo Quinto: A aplicação das penalidades previstas neste CONTRATO e a sua execução não prejudicam a aplicação das penas cominadas, para o mesmo fato, pela legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS CAUSAS JUSTIFICADORAS DA INEXECUÇÃO: No caso de inexecução total ou parcial deste contrato, decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, ato da Administração ou de interferências imprevistas que retardem ou impeçam o cumprimento deste contrato devidamente justificados e aceitos pela parte contratante, ficará a contratada, exonerada de responsabilidade pelo atraso no cumprimento das obrigações relativas objeto do presente contrato de deposição de resíduos sólidos.

Parágrafo Primeiro: Para fins do disposto no item anterior, considera-se:

1. **Força maior:** o evento humano que, por sua imprevisibilidade e inevitabilidade, cria óbice intransponível para a contratada na execução deste contrato, consubstanciado em ato superveniente impeditivo de cumprimento das obrigações assumidas.
2. **Caso fortuito:** o evento da natureza que, por sua imprevisibilidade e inevitabilidade, gera obstáculos intransponível para a contratada, no cumprimento deste contrato;



3. Fato Príncipe: toda determinação estatal, geral, imprevista e imprevisível, positiva ou negativa, que onera substancialmente a execução deste contrato;

4. Ato da Administração: Toda ação ou omissão de órgãos da Administração Pública que, incidindo direta e especificamente sobre este contrato, retarda, agrava ou impede sua execução pelo MUNICÍPIO, ensejando, ainda, as indenizações correspondentes;

5. Interferências imprevistas: são ocorrências materiais não previstas pelas partes quando da celebração deste contrato, mas que surgem no decorrer de sua execução de modo surpreendente e excepcional, dificultando ou onerando extraordinariamente o prosseguimento e a conclusão dos trabalhos, consubstanciada pela descoberta superveniente de obstáculos materiais, naturais ou artificiais, depois de iniciada a execução do CONTRATO, mesmo que sua existência seja anterior à data de assinatura do CONTRATO, mas só revelada posteriormente.

Parágrafo Segundo: A ocorrência de qualquer dos eventos previstos nesta cláusula deverá ser imediatamente comunicada pelo contratante a empresa contratada, informando as medidas que estiverem sendo adotadas para reduzir ou superar os impactos deles decorrentes, sendo que, no caso de interrupção motivada por razões de ordem técnica, deverá ser a contratante, previamente comunicada.

Parágrafo Terceiro: Ocorrendo qualquer dos eventos mencionados nesta cláusula a empresa contratada e o contratante acordarão acerca da rescisão do contrato, caso a impossibilidade se torne definitiva.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO: O presente CONTRATO extinguir-se-á por:

1. Advento do Termo Contratual;
2. Rescisão;

Parágrafo Único: Em ocorrendo a extinção do contato, o contratante poderá, a seu exclusivo critério, assumir os contratos celebrados pela contratada, com terceiros desde que válidos e regulares, necessários à continuidade dos serviços.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL: O advento do termo final deste contrato opera de pleno direito a extinção da delegação concedida a contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO: Na hipótese de descumprimento pela empresa contratada de suas obrigações, este contrato poderá ser rescindido por iniciativa do MUNICÍPIO, após apuração, mediante procedimento administrativo, sempre garantidos os direitos ao contraditório e à ampla defesa, quando:

1. O serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores de qualidade;
2. Se a contratada, paralisar os serviços ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior, bem como as demais hipóteses de interrupção admitidas nesse contrato.

Parágrafo Primeiro: Constatadas as inadimplências às Cláusulas do presente contrato será instaurado processo administrativo de apuração e comunicado a empresa contratada, detalhadamente, os descumprimentos contratuais, dando-lhe prazo de 15 (quinze dias), prorrogáveis por igual período, uma única vez, para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento nos termos contratuais.

Parágrafo Segundo: Findo o prazo concedido sem as providências necessárias, o processo prosseguirá até a ampla apuração das infrações contratuais.

Parágrafo Terceiro: Quando do pedido de rescisão por parte do Município, cumpre-lhe: a) apresentar motivação razoável para o pedido de rescisão, visando à comprovação do inadimplemento contratual da empresa contratada.

Parágrafo Quarto: O presente contrato também poderá ser rescindido por consenso entre as partes, contratante e contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA REVERSÃO DOS BENS E INDENIZAÇÕES CABÍVEIS: Não haverá transferências de bens do Município para a empresa contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PROTEÇÃO AMBIENTAL: A contratada, obriga-se a cumprir o disposto na legislação vigente relativa às normas de proteção do meio ambiente.



Parágrafo Primeiro: A empresa contratada deverá se submeter às medidas adotadas pelas autoridades com poder de fiscalização de meio ambiente, no âmbito das respectivas competências.

Parágrafo Segundo: O contratante estará isento de responsabilidade pelo passivo ambiental de atos ou fatos ocorridos anteriormente à assinatura do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS COMUNICAÇÕES: As comunicações serão efetuadas entre o contratante e a empresa contratante, por escrito e remetidas sob protocolo ou ainda via e-mail corporativo, tendo a mesma validade de protocolo de documentos.

Parágrafo Primeiro: Consideram-se, para efeito de remessa das comunicações, na forma desta cláusula os seguintes endereços previamente indicados pelas partes.

Parágrafo Segundo: Qualquer das partes acima poderá modificar o endereço, mediante simples comunicação por escrito à outra.

Parágrafo Terceiro: O contratante dará ciência de suas decisões mediante notificação a empresa contratada e a terceiros, além de publicar suas decisões e despachos na imprensa oficial e no sítio que mantiver na internet.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CONTAGEM DOS PRAZOS: Na contagem dos prazos que alude este contrato, excluir-se á o dia de início e se incluirá o dia do vencimento, sendo considerado os dias corridos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

Parágrafo Primeiro: Os prazos só iniciam ou terminam a sua contagem em dia de expediente normal na Administração Pública Municipal.

Parágrafo Segundo: Na ocorrência de caso fortuito ou força maior, os prazos fixados ficarão suspensos exclusivamente em relação às obrigações diretamente afetadas pelo evento extraordinário, recomeçando a contagem tão logo cessarem seus efeitos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: O Contrato será reajustado anualmente para fins de reposição das percas inflacionárias, tendo como índice IPCA, INPC e IGPM FGV, será adotado e utilizado aquele que for mais favorável a Administração.



Parágrafo Único: Pode ainda a empresa contratada, nos termos da legislação aplicável, pleitear o reequilíbrio econômico financeiro do contrato antes a existência dos requisitos legais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA DISPENSA DE TESTEMUNHAS: Atualmente, com a prevalência das assinaturas digitais (padrão ICP-Brasil), o sistema registra o *timestamp* (carimbo de tempo) e a integridade do documento. Isso torna a figura da "testemunha de papel" ainda mais obsoleta, pois a autenticidade é garantida tecnologicamente e pela fé pública do agente que assina. Este contrato será assinado digital/eletronicamente, devidamente publicado para o grande público, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, com dispensa das testemunhas. A divulgação oficial confere presunção de legitimidade e veracidade ao documento, suprimindo a necessidade de testemunhas para atestar que o ato ocorreu. O contrato administrativo já possui força executiva por ser um documento público, a Administração Pública tem o poder de auto executoriedade em diversas cláusulas. O STJ (Superior Tribunal de Justiça) já possui entendimento consolidado de que a ausência de testemunhas não retira a validade nem a executoriedade de contratos celebrados pelo Poder Público.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Alvorada do Oeste/RO, para dirimir controvérsias decorrente da aplicação das Cláusulas deste instrumento contratual, por mais especial ou privilegiado que seja outro, para que possa produzir os regulares efeitos, obrigando entre si, herdeiros e sucessores.

Urupá/RO, 00 de abril de 2026.

EZEQUIEL SALDANHA

Prefeito do Município de Urupá-RO
CONTRATANTE

.....
Sócio Administrador
Empresa.....
CONTRATADA

ANTONIO PEREIRA NETO

Secretário Municipal de Meio Ambiente e Turismo
INTERVENIENTE

Dr. CLAUDINEY QUIRINO DE SOUZA

Procurador do Município de Urupá-RO
OAB/RO 2488